

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*MARCOS SÁ CORRÊA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO PÔMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo*

O Joio e o Trigo

A sociedade brasileira está sendo bombardeada com notícias alarmantes sobre uma suposta tendência recessiva na economia e a disposição dos empresários a retardar investimentos. As demissões no processo de modernização e saneamento financeiro do serviço público e das estatais promovidos pelo Plano de Estabilização Econômica contribuem para criar um clima de confusão e perplexidade.

É preciso separar o joio do trigo para uma análise isenta da situação econômica. A recessão não se manifestou no país pela aplicação do Plano de Estabilização. Segundo os dados do IBGE, ela já se instalara no último trimestre de 1989 (no governo Sarney, portanto), como consequência do processo hiperinflacionário e do descontrole total das finanças públicas, em boa hora atacados pelo governo Collor.

Debelar uma hiperinflação não é tarefa possível sem a plena conscientização da sociedade para os desafios e os sacrifícios que ela própria terá de passar até alcançar a estabilização econômica. Estará de fato a sociedade brasileira (ou pelo menos estarão as suas elites empresariais e sindicais) interessada na estabilização?

Pela maneira apressada e sensacionalista como as lideranças empresariais, de um lado, esgrimem estatísticas de queda de produção ou da manifestação de retração nos investimentos, e as lideranças sindicais, de outra parte, destacam as demissões já ocorridas no setor público e no setor privado, às vésperas de se concretizar uma redução considerável no número de funcionários da máquina do Estado, se poderia concluir que a sociedade prefere ficar com a hiperinflação.

Seria uma conclusão precipitada. As pesquisas de opinião pública mostram que a população apoia a cruzada governamental de reforma da máquina burocrática e de desregulamentação da economia, como etapa preliminar para que o Esta-

do volte a deixar de pesar nos ombros dos contribuintes e passe a atender realmente às suas demandas sociais.

Manifestações sobre os riscos de recessão e demissões não passam de cortina de fumaça para evitar a indispensável mudança de mentalidade do brasileiro. Por que a preferência pela inflação e a fórmula de reajustes de preços e salários indexada aos preços passados?

Pelo lado dos empresários, o sistema de indexação foi útil e cômodo: não forçou ninguém a trabalhar pela perseguição da eficiência e da redução de custos que ocorrem nos mercados onde é livre a concorrência de preços. Basta repassar os custos adiante na cadeia de produção ou de comercialização, mantidas as largas margens de lucro com que se trabalha no Brasil. Os empresários brasileiros só gostam mais de pregar a economia de mercado quando os princípios da livre concorrência interna e externa, da abolição da proteção do governo, das reservas de mercado, e da formação de preços segundo os custos efetivos de produção se aplicam ao vizinho.

Pelo lado das lideranças sindicais, que resistem aos ventos da livre negociação salarial, também sempre foi mais cômodo lutar (e celebrar como vitórias importantes) reajustes salariais nominais elevados: a justiça trabalhista costumava autorizar os reajustes pelos índices oficiais; e os empregadores raramente se opunham, pois tinham a certeza de repasse dos custos adiante para os preços.

No final, o salário voltava a perder para a inflação cada vez mais galopante. Mas a indexação só iludia os assalariados. Afinal, como explicar que as sucessivas vitórias das lideranças não evitaram a queda à metade da fatia dos salários na renda nacional? Não há saída para o combate à inflação fora do sacrifício geral. Diz a lei natural que costumam se sair melhor os mais eficientes, tanto entre os empresários como entre os trabalhadores.